

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO
reciclagem , requalificação , rearquitetura

anais do 7º seminário do_co_mo_mo_brasil

porto alegre, 22 a 24 de outubro de 2007

Patrimônio Modernista em Risco. O caso do Colégio Estadual Raul Vidal de Álvaro Vital Brazil. Uma questão de gestão pública ou de formação e/ou prática do arquiteto contemporâneo?

Marlice Nazareth Soares de Azevedo, Professora Titular Programa de Pós-Graduação em Arquitetura & Urbanismo na Escola de Arquitetura & Urbanismo na Universidade Federal Fluminense.

Doutora em Urbanismo e Gestão Urbana, Arquiteta e Urbanista, Associada Docomomo.
Cynthia Lobato Serrano, Aluna e Pesquisadora Pibic CNPq, Universidade Federal Fluminense.

Avenida Ataulfo de Paiva 610 apto C01 Leblon
CEP: 22440-033 - Rio de Janeiro
marliceazevedo@globocom.com
Tel.: (21) 2294-8386

Patrimônio Modernista em Risco. O caso do Colégio Estadual Raul Vidal de Álvaro Vital Brazil. Uma questão de gestão pública ou de formação e/ou prática do arquiteto contemporâneo?

Resumo:

Trata-se de uma obra emblemática de um dos mais conhecidos arquitetos brasileiros do movimento moderno, que recentemente foi objeto de uma reforma descaracterizante e “pós-moderna”.

Não se trata de Re-arquitetura, Re-ciclagem ou Re-qualificação de obras modernas, mas de Re-forma.

As reflexões acadêmicas e de formação profissional muitas vezes filiada a discussões exógenas ao cotidiano brasileiro, deixa de lado a questão de gestão do patrimônio público arquitetônico em geral e possibilita a execução de obras mal conduzidas realizadas por profissionais sem lastro de uma crítica arquitetônica consistente.

No caso, não se tratou de mudança de uso ou de especulação imobiliária, apenas um equívoco de intervenção arquitetônica em que os movimentos de protesto dos arquitetos locais constituíram vozes isoladas e sem repercussão durante o processo de reforma.

A quem cabe a responsabilidade da decisão? Reflete uma falha de formação profissional respaldada por uma deficiência cultural da sociedade como um todo ou constitui um problema de gestão pública?

Como as instituições de ensino e de defesa do patrimônio devem se posicionar diante de um fato tão corriqueiro e não isolado.

Pretende-se no desenvolvimento do trabalho esclarecer quando, onde e qual a justificativa para esse tipo de intervenção e a quem cabe a responsabilidade dessa desastrosa gestão. Já foram estabelecidos alguns contatos no intuito de identificar o papel de cada um dos envolvidos e de localizar os elos frágeis e pouco inconsistentes da gestão patrimonial pública. Paralelamente foi localizada a documentação original do projeto e ainda se busca a documentação relativa à sua reforma.

Discute-se finalmente o papel das associações profissionais e das instituições de ensino no sentido de ter uma ação mais efetiva para salvaguardar o patrimônio construído nacional.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna; Patrimônio em Risco; Arquitetura Pública.

Abstract:

It is about an emblematical building of one of the most known Brazilian architects from the modern movement, which recently had been reformed in an uncharacteristically and “post-modern” way.

It is not about the Re-architecture, Re-cycle or Re-qualification of the modern buildings, but the Re-form.

The academic and professional background way of thinking is usually connected with discussions that are completely outside from Brazilian way of life; it lives at side the management of public patrimony and make it possible the execution of poorly conducted works by professionals without enough architectural background.

In the case, was not about the change of use or property speculation, it is just a misunderstanding of architectural intervention in which the movements of protest from the locals architects built isolated voices and without repercussion during the process of reform.

The responsibility of the decision it is up to whom? Does it reflect a flaw in the professional education by a society who lacks cultural knowledge or is it a matter of public management?

How should the Academic and the Preservation Institutions stand in front of such usual and not isolated fact?

It is intended to clarify when, where and how to justify this kind of intervention and to whom is up the responsibility of this disastrous management. There has been already established some contacts with the idea of identifying the part of every single one of the involved and to find the weakest links and inconsistent of the public management. At the same time, the project's original documents were found, however we are still looking for the documents related to the reform.

Finally it is discussed the role of the professional associations and academic institutions in a way to find a more effective action to preserve the national public patrimony.

Key words: Modern Architecture; Public Architecture; Patrimony at Risk.

Patrimônio Modernista em Risco. O caso do Colégio Estadual Raul Vidal de Álvaro Vital Brazil. Uma questão de gestão pública ou de formação e/ou prática do arquiteto contemporâneo?

Patrimônio Modernista em Risco

Introdução

A observação do desenrolar de um fato – a descaracterização de uma obra pública, reconhecida pelo seu valor arquitetônico, projeto de um arquiteto igualmente reconhecido – Álvaro Vital Brazil (1909 - 1997), pode espelhar a pouca representatividade que a arquitetura moderna tem no referencial da cultura brasileira. Este fato – a descaracterização do prédio do Grupo Escolar Raul Vidal – não constitui um exemplo isolado, ilustra e desmente a maioria dos argumentos explicativos para a destruição total ou parcial dos imóveis: especulação imobiliária, obsolescência de uso, intervenções de renovação urbana. Enfim, não se trata de uma re-arquitetura, re-ciclagem ou re-qualificação de obras modernas, mas uma re-forma. Apresenta como justificativa principal, a necessidade de uma obra para atender a deterioração do imóvel, pela sua pouca manutenção, a ampliação da área construída e, finalmente, a “modernização estética” do edifício escolar, em direção a uma suposta “pós-modernidade”.

A indagação que permeia este fato é constatar que a Arquitetura Moderna Brasileira, conhecida pela sua produção altamente qualificada e significativa no cenário internacional e nacional não é objeto de prestígio ou não está ainda introjetada como expressão de valor patrimonial na cultura nacional.

Patrimônio e Ação Governamental

O patrimônio pode ser classificado em três grandes categorias: o que arrola os bens da natureza, constituindo o patrimônio natural; o que se refere ao conhecimento, técnicas e o saber fazer, assim como a sua produção, onde está inscrito o patrimônio construído e documental e, finalmente o que compõe a memória social, isto é, o patrimônio cultural. De uma maneira geral, as instituições se preocupam mais com os bens naturais e os produzidos em períodos ou de usos socialmente valorizados, e neste caso, se inserem os bens construídos em estilos arquitetônicos específicos (colonial, neo-clássico, eclético, moderno, dentre outros), de uso militar, religioso/católico ou de moradia da elite (sedes de fazenda dos barões do café, palácios e solares da nobreza e da elite governante). Muitas vezes está associado ao que é antigo, ou a memória de um outro tempo.

O patrimônio, além do seu significado original, ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, designa também bens destinados ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos, que se congregam pelo seu passado comum. Obras,

trabalhos e saberes e *savoir faire* dos seres humanos. O distanciamento da produção desses bens, a aproximação com valores vindos de fora produziu uma reação intelectual, dentro da concepção modernista que encontrou no movimento político que desembocou no Estado Novo, o espaço necessário para semear idéias e criar instituições como a de defesa do patrimônio, que estava associado ao sentimento de nacionalismo e busca de raízes brasileiras. O SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – criado em 1937, teve a figura de Rodrigo de Mello Franco e subsidiariamente a do arquiteto Lúcio Costa, como personagens importantes no estabelecimento inicial da política do patrimônio no Brasil. Paradoxalmente, eram os modernistas que direcionavam e estabeleciam os rumos e as regras do patrimônio arquitetônico, valorizando quase que exclusivamente, o que era colonial, visão que permaneceu até a década de 1970.

Paralelamente, neste período, deu-se à explosão e consolidação da arquitetura moderna brasileira, saudada internacionalmente em exposições e publicações fora de nossas fronteiras.

A partir do final da década de 1970, com a organização da sociedade civil e a abertura política teve início o movimento de ampliação do conceito de patrimônio para bem cultural, constituindo um marco o tombamento da área de Canudos (palco de uma guerra civil de origem popular e mística) e de um Terreiro de Candomblé (valores étnicos e religiosos da cultura negra).

Como consequência das mudanças políticas e sociais, a questão da preservação do patrimônio, que estava restrito à atuação solitária de uma única instituição federal o IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, voltada para a preservação arquitetônica de monumentos de pedra e cal da elite brasileira ou para conjuntos e cidades históricas, com visão mais globalizante, incluindo a arquitetura popular, passa a constituir um “sistema”, com a criação de órgãos estaduais e municipais de preservação.

Ainda no final da década de 1970, o Estado do Rio de Janeiro cria o INEPAC - Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural e as iniciativas municipais nesse sentido se sucederam. O município de Niterói cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, em 1990, e o Departamento de Preservação e Reabilitação do Patrimônio Cultural como órgão executivo de implementação da política local. Ao instituir a lei de preservação cultural e caracterizar os princípios desse patrimônio, definiu de forma ampla esses bens: “históricos, arquitetônicos, ambientais naturais, paisagísticos, arqueológicos, museológicos, etnográficos, arquivísticos, bibliográficos, documentais, ou quaisquer outros de interesse das demais artes e ciências”. A lei 827 instituiu também o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Niterói, sob a presidência do Secretário Municipal de Cultura, com a representação de órgãos de classe, de órgãos da educação e da cultura, do Poder Legislativo e Executivo e da Federação de Associações de Moradores da Cidade.

A Ata da primeira reunião do Conselho, realizada no ano de sua criação, denota as suas principais preocupações: estabelecer diretrizes de uma política de proteção do patrimônio cultural local, inserir princípios e áreas de proteção no Plano Diretor da Cidade, definir instrumentos de incentivos fiscais nessas áreas de interesse patrimonial e ainda foi ressaltada “a importância da preservação cultural na formação da identidade e das referências urbanas”.

Essas iniciativas também podem ser atribuídas a um momento de transformação das relações entre os poderes constituídos e uma “virada política” - um governo socialista identificado com a cidade -, associado à reforma constitucional que colocava em relevo o poder local e ao próprio movimento reivindicatório das associações de bairro e das organizações de defesa do meio ambiente, que exigiam maior participação nas decisões municipais.

Até este momento, a proteção dos bens do município era dada pelo órgão federal, que, em Niterói se limitara, prioritariamente, desde a sua criação em 1937ⁱ a bens edificados, religiosos e militares, totalizando 10 tombamentos, com apenas 3 de edificações civis. O fato indica que nesses primeiros anos de atuação, o tombamento era ditado por conceitos de qualidade ditados nacionalmente, pouco vinculados à memória local.ⁱⁱ

Analisando-se as características dos bens tombados pelo órgão estadual parece que havia uma preocupação dos profissionais da área do patrimônio em garantir a permanência e evitar a descaracterização dos próprios do governo, que sofreram no período anterior (década de 1970) demolições traumáticas (Praça da República de Niterói, Senado Federal, Ministério da Agricultura, Faculdade de Medicina da Praia Vermelha), assim como já se vislumbrava o início de uma consciência ecológica.

Nesse contexto de mudança de ótica com relação ao patrimônio e com uma agenda de atividades ditada pela Secretaria de Cultura inicia-se a atuação Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Niterói, com ampla representação da sociedade civil responsável pela recuperação da identidade da cidade, sombreada historicamente pela importância do Rio de Janeiro, que manteve o papel de capital cultural do Brasil.

Utilizando os mesmos parâmetros (tipo e época do tombamento dos bens) observou-se algumas inovações na atuação municipal. Em primeiro lugar é importante assinalar que nesses primeiros anos de existência foram tombados cerca de 43 bens, alguns já tombados pelo órgão federal ou estadual, o que dá ao município um número total de 70 bens tombados atualmente. As instituições públicas ou as que prestavam serviços de interesse público predominaram, assim como locais de prestação de serviços de interesse público. A seguir, vinham os bens de caráter religioso, templos, seminário, irmandades religiosas. Observa-se também conjunto de casas, inclusive um cortiço em Portugal Pequeno (associado ao projeto de reabilitação do bairro). Quanto aos bens naturais, a ação

restringiu-se às Praias de Adão e Eva e do Sossego. A marca do Conselho pode ser observada pela ampliação e variedade dos bens tombados, cujos pedidos tiverem origem, em sua maioria, no poder legislativo (vereadores representantes de diversas comunidades - de bairro ou religiosa), um de morador - ruínas da capela de Nossa Senhora da Conceição no Condomínio Jardim Ubá, ou ainda de associações ecológicas - o “grupo caminhante independente”, no caso da Praia do Sossego. . Ainda que a Lei previsse um amplo espectro de bens a serem preservados, a ação do Conselho, num primeiro momento, não escapou a tradição de privilegiar o bem construído, ampliando timidamente para os bens naturais e paisagísticos.

O que chama a atenção é que entre as edificações tombadas, só uma delas, o Terminal Rodoviário Roberto Silveira, é representativa da arquitetura moderna. Apesar da cidade, por ter sido capital estadual até 1974, ter um significativo acervo, especialmente de próprios estaduais, projetados e construídos sob os cânones da arquitetura moderna, sem considerar também, clubes recreativos, edifícios residenciais e obras com outras destinações.

Esta constatação que parece não ser um fenômeno restrito a Niterói, nos leva a questionar o porque dessa posição no que se refere à arquitetura moderna e talvez explique o incompreensível tratamento dado ao projeto do Colégio Estadual Raul Vidal de Vital Brazil.

A presença da arquitetura de Álvaro Vital Brazil em Niterói

O Estado Novo deu também ênfase à reorganização do serviço público e teve um papel importante para direta ou indiretamente acionar a construção de edificações públicas, especialmente nos setores de saúde e educação, de infra-estrutura de serviços públicos, de conjuntos habitacionais, dentre outros. A racionalidade administrativa e os projetos reformadores, como o da educação trazida pelo educador Anísio Teixeira para o Distrito Federal, repercutiram no Estado do Rio de Janeiro e se mostraram compatíveis com os princípios racionalistas da arquitetura moderna.

O Arquiteto Álvaro Vital Brazil, formado em 1933 pela Escola Nacional de Belas Artes - ENBA, era também engenheiro por exigência paterna. Fez parte da turma de estudantes grevistas, por conta da saída de Lúcio Costa na direção da Escola de Belas Artes, decorrente da reforma de ensino por ele implementada. Há outras indicações da adesão de Vital Brazil à escola modernista quando optou por ter Affonso Eduardo Reidy como professor, ainda nos bancos escolares, em detrimento do professor Paulo Pires. A sua arquitetura foi reconhecida quando venceu, juntamente com o sócio Adhemar Marinho, o concurso de projetos para o edifício Esther (1936), em São Paulo, que quebrou o tabu do reconhecimento no meio profissional da nova linguagem arquitetônica.

A sua inserção no governo do Estado do Rio de Janeiro, pode estar associada à figura proeminente de seu pai, o cientista Vital Brazil, que em 1919 fundou o laboratório para fabricar soros, vacinas e produtos veterinários. Para a administração estadual ele elabora diversos projetos localizados na cidade capital; três escolas públicas, o Instituto Vital Brazil (1942), a Estação Ferroviária Central (1942), o conjunto habitacional Vila Ipiranga para o IPASE no Bairro do Fonseca, a urbanização de Itacoatiara (1947). Desses projetos, foram construídas as escolas e o Instituto Vital Brazil.

O Grupo Escolar Raul Vidal (1941)

O projeto

O terreno estava localizado numa importante esquina da área central, na Avenida Feliciano Sodré, via originada da urbanização do porto da cidade, com a Avenida Rio Branco (Rua da Praia), margeando a orla da baía de Guanabara. Uma área nobre para a época, em processo de ocupação, neste trecho inicial, por residências de alto padrão, numa época em que o Centro era valorizado também como local de moradia.

O projeto original (fig. 1) evidencia uma solução desprovida de rebuscamento, em pilotis, obedecendo aos preceitos do racionalismo modernista.

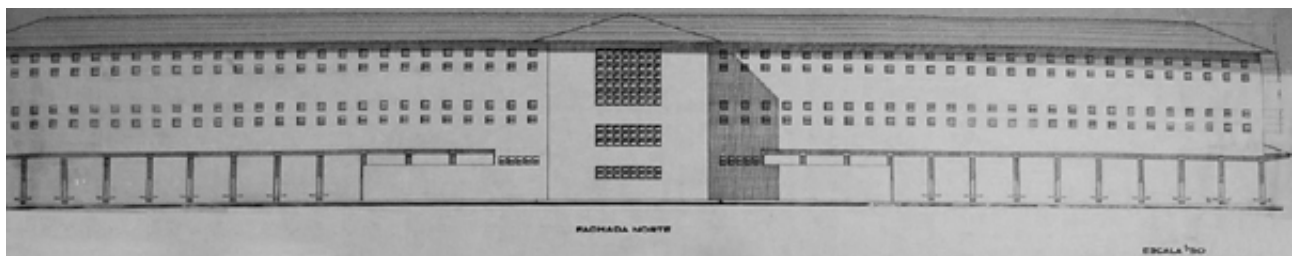


Fig. 1 – Projeto Original Fachada Norte – Fonte: EMOP.

A fachada norte (fig. 2), dos corredores de circulação, é voltada para a avenida principal, com pequenas aberturas, em série, ao longo dela, protegendo da face ensolarada. Na fachada oposta (fig. 3), localizam-se as salas de aula, com janelas predominantemente horizontais, simples e severas, e com proporções bem resolvidas. Constitui um belo exemplo de arquitetura escolar, com os pilotis servindo de pátio coberto, escadas amplas, salas de aula claras e administração funcionalmente localizada.



Fig. 2 – Fachada – Fonte: Conduru, 2000.



Fig. 3 – Pátio do Colégio mostrando a fachada interior e os pilotis – Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Raul Vidal Década de 1960.

Obra realizada com restrições orçamentárias, esteticamente tem similaridades com o Instituto Vital Brazil. Durante seis décadas resistiu às transformações urbanas do Centro e às reformas de ensino que foram implantadas.

A deterioração

Numa área que se tornou extremamente movimentada e poluída, o prédio sem manutenção foi se deteriorando (fig. 4), e nunca houve uma iniciativa pública, nem um movimento profissional que levantasse sua voz em defesa desta obra. A sua preservação ou tombamento não fez parte de nenhuma mobilização pública.



Fig. 4 – Degradação do Colégio – Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Raul Vidal ano 2001

A re-forma

No início deste novo milênio, dentro do programa de manutenção das Escolas Estaduais, da Secretaria de Educação, em processo de licitação pública, uma empresa terceirizada inicia a obra e surpreende os profissionais (o núcleo do IAB), os estudantes e professores da Escola de Arquitetura e Urbanismo. A fachada é modificada (fig. 5), fechando – se uma das linhas das pequenas aberturas, fecha-se e ocupam-se os pilotis, pinta-se de um inexplicável e desbotável azul.



Fig. 5 – Inauguração da Obra – Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Raul Vidal, 2004.

Os protestos não foram suficientemente contundentes para suspender as obras e também não havia nenhum instrumento de defesa suficientemente forte para defender e preservar as características originais do imóvel (fig. 6, fig. 7, fig. 8 e fig. 9).



Fig. 6 – Comparação Fachada original com Fachada reformada e ocupação dos pilotis – Fonte: Arquivo do Colégio Estadual Raul Vidal, 2001 e Foto Cinthia Serrano, 2007.



Fig. 7 – Comparação Fachada interna original e Fachada após a obra e implementação da rampa – Fonte: Conduru, 2000 e Foto Cinthia Serrano, 2007.



Fig. 8 – Comparação corredor interno original e corredor interno após a obra e fechamento das janelas – Fonte: Conduru, 2000 e Foto Cinthia Serrano, 2007



Fig. 9 – Comparação pilotis originais e ocupação dos pilotis após a obra – Fonte: Conduro, 2000 e Foto Cinthia Serrano, 2007.

A guisa de Conclusão

As manifestações modernistas da arquitetura brasileira foram perdendo seu lastro qualitativo a partir das últimas décadas, tendo como marco do final de seu ciclo a construção de Brasília. Apesar de constituir o vocabulário predominante dos arquitetos brasileiros durante quase 4 décadas, a arquitetura modernista foi perdendo fôlego no próprio meio profissional, dando lugar a um processo de desvalorização e desprestígio que implicou na deterioração deste acervo construído, quer seja público ou privado.

O caso apresentado ilustra o pouco que representa no contexto geral a obra de arquitetura moderna, que envelheceu sem se transformar em ruína ou conseguir se firmar como um movimento histórico no âmbito da memória nacional.

O Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Niterói, a partir de 1990, iniciou sua atuação voltando-se para a preservação da arquitetura eclética do início do século XX, representativa da ocupação da área central, uma vez que o acervo colonial (fortes e igrejas) já tinha sido objeto de preservação pelo órgão federal. O INEPAC, estadual, já tinha atuado na preservação de bens naturais e do acervo construído, do início do século XX, principalmente público, que correspondia ao período de construção da cidade capital. A primeira e única obra modernista preservada no município, ocorreu no final da década de 1990, sob a pressão das reformas para adaptação do terminal rodoviário Roberto Silveira (com painel de Roberto Burle Max), que após um tombamento provisório, de urgência, teve o processo efetivado em 1990.

O caso apresentado alerta para a responsabilidade dos profissionais arquitetos, dos órgãos de preservação, das instituições de ensino e do próprio DOCOMOMO de realizar um inventário nacional da arquitetura moderna brasileira no sentido de melhor diagnosticar as condições desse patrimônio em risco.

ⁱ Após diversas iniciativas isoladas que datam da década de 1920, o Estado Novo, através do Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do patrimônio artístico nacional, como serviço (SPHAN) ligado ao Ministério de Educação e Saúde Pública.

ⁱⁱ Os demais monumentos tombados pelo órgão nacional, em Niterói, foram os seguintes: Recolhimento de Santa Teresa, em Itaipu (1955), Casarão de Charitas (1962), Museu Antônio Parreiras (1967) e Solar do Jambeiro (1974).

Bibliografia

- AEVEDO, Marlice Nazareth Soares. A Renovação dos Centros Urbanos para Uso Habitacional Um Estudo de Caso: A Cidade de Niterói; tese de mestrado. Rio de Janeiro, COPPE – UFRJ, M. Sc., Engenharia de Produção, Rio de Janeiro, 1980.
- _____. Niterói Urbano- a construção do espaço da cidade, in Cidade Múltipla: temas da história de Niterói, organizadores, Ismênia Lima Martins, Paulo Knauss; Niterói, RJ: Niterói Livros, 1997.
- BRAZIL, Álvaro Vital. 50 Anos de Arquitetura, Álvaro Vital Brazil, São Paulo, Nobel, 1986.
- BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil, São Paulo, Editora Perspectiva, 1981.
- CHOAY, F. e MERLIN, Pierre, Dictionaire de L'Urbanisme et de l'Amenagement, PUF, Paris, 1998.
- CONDURU, Roberto. Vital Brazil, São Paulo, Cosac & Naify Edições, 2000.
- COSTA, Lúcio, Lúcio Costa, Registro de uma Vivência, Empresas das Artes São Paulo, 1995.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. A Era Vargas. São Paulo, Moderna, 1997.
- EMOP (Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro), Arquivos de Projetos.
- GUELMAN, Regina Prado. A preservação do patrimônio cultural de Niterói, Niterói, RJ: Fundação de Arte de Niterói, 2007.
- GURGEL, Heitor. O Governo Amaral Peixoto, 1937-1945, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- MINDLIN, Henrique E., Arquitetura Moderna no Brasil, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora/ IPHAN, 2000.
- MONTANER, Josep Maria, Depois do Movimento Moderno, Arquitetura na segunda metade do século XX, Ed. Gustavo Gilli AS, Barcelona, 2001.
- NESBITT, Kate (org.). Uma Nova Agenda Para a Arquitetura, São Paulo, Cosac & Naify Edições, 2006.
- SANT'ANA, Márcia. Modernismo e Patrimônio: O Antigo-Moderno e o Novo Antigo, in (Re) Discutindo o Modernismo, organizadores, Luiz Antonio Fernandes Cardoso, Olívia Fernandes de Oliveira; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1977.
- SANTOS, Paulo Ferreira dos. Quatro Séculos de Arquitetura, Editora Valença, Rio de Janeiro, 1977.
- SEGAWA, Hugo, Arquiteturas no Brasil, 1900-1999, EDUSP, São Paulo, 1997.
- SOARES, Emmanuel Macedo: Mensário FAC – Fundação de Atividades Culturais – Fatos e Noticias; Ano II, nº 8, Niterói, Junho de 1986.
- _____. Mensário FAC - Fundação de Atividades Culturais – Fatos e Noticias; Ano II, nº 21, Niterói, Outubro de 1986.